



## PONTO A PONTO

### • PRIVILÉGIOS

A previdência dos parlamentares custa R\$ 88,6 milhões por ano para a União, segundo estudo divulgado semana passada pelo **Ranking dos Políticos**. Atualmente recebem o benefício 65 ex-senadores e 409 ex-deputados. Os valores das aposentadorias variam de R\$ 8.330,18 a R\$ 40.698,89, mais do que cinco vezes o teto do INSS, que em 2023 foi de R\$ 7.507,49

### • INFLAÇÃO

A inflação do país acelerou em fevereiro e registrou alta de 0,83%, após fechar janeiro em 0,42%. Os preços do grupo de Educação tiveram o maior crescimento (4,98%) e o maior impacto (0,29 p.p.) no total. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### • BANCO CENTRAL

Sob o comando de Roberto Campos Neto, o Banco Central, foi eleito na semana passada a autoridade monetária do ano pelo Central Banking Awards 2024, concedido pelo site Central Banking. A publicação elogia a autonomia adotada pela autoridade monetária brasileira diante dos desgastes enfrentados com o presidente Lula (PT).

### • SEGURANÇA PÚBLICA

O número de assassinatos no Brasil caiu 4% em 2023 na comparação com 2022, a terceira queda consecutiva e a menor da série histórica brasileira. A pesquisa é realizada periodicamente pelo Monitor da Violência em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

### • MERCADO DE TRABALHO

O Brasil criou 180,4 mil empregos com carteira assinada em janeiro de 2024. Um aumento de 100,4% na comparação com o mesmo mês de 2023, segundo o Caged.

### • POLÍTICA INTERNA

De outubro a fevereiro, o percentual de "um país mais dividido" subiu de 64% para 83%. A pesquisa realizada pela Genial/Quaest mostrou que aumentou o número de brasileiros que consideram que o país está mais polarizado. O levantamento também revelou que só 13% considera que o país está "mais unido".

## Movimentos de Bolsonaro em Brasília



FONTE: Metrôpoles - Ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e Presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP/AL)

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) jantou na semana passada, em Brasília, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). O local escolhido para o encontro foi o apartamento funcional do deputado federal [Coronel Zucco \(PL/RS\)](#).

Um dos pontos de destaque do encontro foi o questionamento dirigido a Bolsonaro sobre suas intenções políticas para as eleições presidenciais de 2026. O ex-presidente, atualmente inelegível até 2030, respondeu que é prematuro definir um candidato neste momento, argumentando que um anúncio precoce poderia minar seu capital político. Há especulação de que o próximo candidato seja o atual governador de São Paulo que foi convidado para se filiar ao partido do ex-presidente.

Antes do jantar com Lira e Tarcísio, Bolsonaro se reuniu com o senador [Ciro Nogueira \(PP/PI\)](#). O encontro aconteceu no gabinete do ex-presidente na sede do PL, em Brasília. Eles debateram sobre o cenário político de 2026, no qual o senador buscará a reeleição. [Ciro](#) possui interesse em ser vice de Tarcísio em caso de tentativa de reeleição em São Paulo. O senador foi convidado anteriormente para assumir a Secretaria da Casa Civil do governo paulista, cargo atualmente ocupado por Gilberto Kassab (PSD), que também possui interesse em ser vice no governo paulista em 2026.

Falta um pouco mais de dois anos para as eleições presidenciais, no entanto, os partidos têm se movimentado para escolherem um nome. Pesquisa realizada pelo Ranking dos Políticos após a inelegibilidade de Bolsonaro apontou o governador Tarcísio como o principal líder da ala conservadora do país, com expressivo apoio entre os deputados federais (51%) e senadores (30%).

## Imposto de Renda




FONTE: Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou na semana passada o projeto de lei que viabiliza a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de valores até dois salários mínimos (R\$ 2.842,00). A medida descrita no PL 81/24, que será remetido ao Senado, é de autoria do líder do governo, deputado [José Guimarães \(PT-CE\)](#). O projeto incorpora o texto da MP 1206/24 sobre o mesmo tema.

O texto aprovado em Plenário é um substitutivo do relator, deputado [Emanuel Pinheiro Neto \(MDB/MT\)](#), que exclui trecho não constante na MP sobre permissão dada ao Poder Executivo para atualizar por decreto a tabela progressiva mensal do IRPF a partir de 2025 a fim de manter a faixa com alíquota zero igual a dois salários mínimos. Os parlamentares de oposição criticaram a proposta aprovada no plenário chamando de “estelionato eleitoral” da proposta.

Segundo o deputado [Cabo Gilberto Silva \(PL/PB\)](#), vice-líder da oposição, o governo traz uma “medida insignificante” ao conceder a isenção abaixo da promessa eleitoral, pois o presidente Lula (PT) prometeu isenção de até R\$ 5 mil durante a campanha para a Presidência de 2022. O deputado [Lindbergh Farias \(PT-RJ\)](#) ressaltou, no entanto, que até o final do governo eles irão cumprir com o que foi proposto. A análise é que o movimento da oposição foi feito para desgastar o governo.

A proposta deve ser encaminhada para o Senado Federal nesta semana para passar pela análise das comissões e depois para o plenário. Caso o projeto sofra qualquer alteração em seu texto, ele precisará retornar para Câmara dos Deputados para análise das modificações. A tendência é que o texto não sofra emendas.

 **TENDÊNCIA:** Aprovação no Senado Federal e envio para sanção

## Instalação das Comissões

O presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP/AL), após um acordo com os parlamentares, começou a instalar as Comissões Permanentes duas semanas atrás. A Câmara possui 30 comissões e na semana anterior foram instaladas 19 comissões, ficando pendentes outras 11 comissões.

Na semana passada foram instaladas oito comissões, restando para esta semana apenas três, sendo elas: a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que deverá ter um presidente indicado pelo MDB; a Comissão de Defesa de Direitos das Mulheres, que terá a sua indicação feita pela federação PT-PV-PCdoB e a Comissão Mista do Orçamento (CMO), que inclui deputados e senadores e deverá ter um indicado à presidente pelo PP, após um acordo entre os partidos.

As eleições nas comissões representaram uma derrota para o governo, pois o PL conquistou o comando do colegiado mais cobiçado e importante da Casa, a Comissão Constituição e Justiça (CCJ), além de emplacar as presidências das comissões de Educação, Segurança Pública, Esporte e Previdência. Para os especialistas, o resultado mostrou que o governo não tem uma base para chamar de sua e precisa de votação em votação para consolidar essa base.

As próximas comissões devem ser instaladas nesta semana. O desafio do governo será principalmente na pauta da educação e na CCJ, visto que os seus presidentes são opositores declarados do governo e podem atrasar o avanço de matérias prioritárias ao governo Lula.

Confira alguns dos presidentes da nova configuração:

- **Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE):**  
presidida pelo deputado [José Rocha \(União Brasil-BA\)](#).
- **Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI):**  
presidida pela deputada [Nely Aquino \(Podemos-MG\)](#).
- **Comissão de Minas e Energia (CME):**  
presidida pelo deputado [Junior Ferrari \(PSD-PA\)](#).
- **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC):**  
presidida pelo deputado [Joseildo Ramos \(PT-BA\)](#).

## Pauta Prioritária do Planalto



FONTE: Valor - Ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha

Na busca de retomar a aprovação de matérias importantes no Congresso Nacional, a articulação política do governo definiu, na semana passada, uma lista de 48 projetos prioritários para a gestão Lula (PT). O documento vinha sendo discutido há dias com deputados e senadores, nas reuniões de confraternização entre Lula e os congressistas, e trouxe propostas divididas em sete eixos.

Entre os projetos estão a Reoneração da Folha de pagamento, a conformidade Tributária do devedor contumaz, Combustível do futuro, Novo Licenciamento Ambiental, Mercado de Carbono, Nova Lei de Falência, Cotas Raciais para Concursos Públicos e o PL de Fake News.

A agenda mostrou que 29 projetos estão dependendo da análise da Câmara, 12 no Senado e outras cinco medidas provisórias que estão sendo analisadas por comissões mistas, integradas tanto por senadores como por deputados. A maioria das propostas está na Câmara porque, por uma questão constitucional, os textos enviados pelo Executivo têm de passar primeiramente pelos deputados.

Padilha negou na semana passada que o objetivo do governo seja aprovar todos os 48 projetos ainda em 2024. Ele disse que a prioridade permanece sendo a recomposição das contas públicas e, em outra frente, a regulamentação da reforma tributária, sendo esta última a prioridade absoluta do governo para este ano.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, não tem despachado os projetos prioritários diretamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL). O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT) tem feito esse papel e deve se reunir com o Lira nesta semana.

## Programa de Aceleração da Transição Energética

O PL 327/2021, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) para incentivar projetos de desenvolvimento sustentável com recursos de créditos de empresas perante a União estava na pauta do plenário da Câmara dos Deputados para ser deliberado, porém a votação ficou para esta semana.

Houve um acordo entre o presidente da Câmara Arthur Lira (PP/AL) e os parlamentares de oposição para que o texto volte à discussão a partir desta semana. Na semana passada ocorreu somente a leitura do texto substitutivo da relatora deputada [Marussa Boldrin \(MDB/GO\)](#), pois a oposição ameaçou obstruir a votação caso a matéria fosse discutida e votada na semana passada.

O Fundo Verde, que é um dos instrumentos do Paten, será formado por patrimônio privado, como precatórios e créditos tributários que pessoas jurídicas possuem perante a União, e administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O programa tem como o objetivo fomentar o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável, especialmente aqueles relacionados à infraestrutura, pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

Para a relatora, a dinâmica do Fundo Verde é ao mesmo tempo simples e sofisticada e beneficia governo, empresas em busca de financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável e instituições financeiras. A tendência é que o substitutivo do projeto seja aprovado nesta semana.



**TENDÊNCIA:** Aprovação do Substitutivo

## PEC das Drogas



FONTE: Senado - Presidente da CCJ Senador Davi Alcolumbre (União/AP)

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na semana passada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a criminalização da posse e do porte de drogas, em qualquer quantidade, na Carta Magna (PEC 45/2023). Os integrantes da CCJ acataram o relatório do senador [Efraim Filho \(União/PB\)](#), que é favorável à PEC.

O texto, apresentado inicialmente pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), vai ao Plenário, que poderá começar a analisá-lo nesta semana. Segundo Efraim, a PEC explicita aquilo que já está implícito na Constituição, que considera tráfico de drogas como crime hediondo. O relator afirmou que a sociedade sofrerá consequências na saúde e na segurança pública caso o Supremo Tribunal Federal (STF) considere inconstitucional trecho da Lei de Drogas que criminaliza o porte e a posse de drogas para consumo pessoal.

A votação ocorreu durante um impasse do Congresso Nacional com o STF relacionado à questão. Dos onze ministros do STF, cinco ministros já votaram pela inconstitucionalidade de enquadrar como crime unicamente o porte de maconha para uso pessoal. Três ministros votaram para continuar válida a regra atual da Lei de Drogas. A quantidade de maconha que determinará se é caso de tráfico ou de uso pessoal também é discutida pelos membros da Corte, que provisoriamente propõem valores entre 10 e 60 gramas.

Na avaliação dos senadores [Humberto Costa \(PT/PE\)](#) e [Fabiano Contarato \(PT/ES\)](#), a discussão do STF tem pleno respaldo legal. Eles lembraram que o Supremo foi provocado a tratar de uma questão que tem natureza constitucional. O texto da PEC deve ser aprovado no plenário do Senado e enviado para a Câmara dos Deputados.

 **TENDÊNCIA:** Aprovação

## Regulamentação dos Motoristas de Aplicativos

O presidente Lula (PT) assinou e enviou na última semana o PLP 12/2024, que propõe um pacote de direitos para motoristas de aplicativos. O texto foi encaminhado ao Congresso Nacional e ainda pode sofrer alterações. O texto está aguardando despacho pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL). O projeto irá tramitar pelas comissões e depois seguirá para o plenário.

O texto prevê que esses trabalhadores são autônomos com direitos, trazendo definições sobre o que são as plataformas e o modo de execução do trabalho, além de estabelecer regras sobre remuneração mínima, direitos previdenciários e organização sindical. O projeto, contudo, tem um problema estrutural. Os conceitos que definem a empresa proprietária da plataforma digital, que caracterizam a liberdade do trabalhador e que afastam o enquadramento em uma relação de emprego são inadequados e negam a realidade.

Esse projeto foi destinado especialmente aos motoristas por aplicativos. A estratégia do governo é posteriormente regular a atuação de entregadores e outras categorias de aplicativos. A Uber afirma considerar o projeto como um importante marco visando a uma regulamentação equilibrada do trabalho intermediado por plataformas, pois o projeto amplia as proteções desta nova forma de trabalho sem prejuízo da flexibilidade e autonomia inerentes à utilização de aplicativos para geração de renda.

Haverá diversas audiências públicas com as empresas e com representantes das classes sindicais dos motoristas de aplicativos até de fato ser aprovado nas comissões e seguir para plenário. A tendência é que o projeto seja aprovado, mas que sofra emendas.

 **TENDÊNCIA:** Aprovação com emendas

## Plano Nacional da Educação



FONTE: Metrôpoles - Deputado Mendonça Filho (União/PE)

O deputado [Mendonça Filho \(União/PE\)](#), relator do PL 5230/2023, que altera o novo ensino médio na Câmara dos Deputados, se encontrou com o ministro da Educação, Camilo Santana, para fechar os últimos detalhes do texto. A proposta está pronta para deliberação em plenário e está aguardando diálogo entre os congressistas e o governo.

A ideia é que o texto seja votado nesta semana após o diálogo entre eles. O governo espera que a proposta também passe pelo Senado e seja sancionada até o fim do primeiro semestre, para que as instituições de ensino tenham tempo para implementar a reforma a partir de 2025. O projeto é de autoria do Poder Executivo e não foi aprovado ainda por haver divergências entre o texto original e o texto proposto pelo relator.

No projeto, originalmente, o Ministério da Educação propôs que as horas totais para disciplinas obrigatórias aumentassem para 2.400, e que a carga horária para disciplinas optativas fosse reduzida para 600 horas totais. Atualmente, a regra em vigência prevê que os estudantes tenham 1.800 horas totais, ou seja, nos três anos, destinados a disciplinas obrigatórias. Além disso, a norma atual prevê 1.200 horas para disciplinas optativas, escolhidas pelo aluno.

No parecer divulgado na semana passada, no entanto, Mendonça Filho fez reduções na proposta feita pelo governo. Ele alterou a carga horária para 2.100 horas obrigatórias e 900 horas optativas. A tendência é que a matéria deva ser aprovada no plenário desta semana, mas com alterações nos dois textos.

**TENDÊNCIA:** Aprovação e envio ao Senado Federal

## PEC da Reeleição

O Senado está examinando diversas propostas visando eliminar a possibilidade de reeleição para os cargos de prefeito, governador e presidente da República, ao mesmo tempo que estende o mandato dos senadores de 8 para 10 anos. A intenção é que os eleitos no Brasil passem a exercer mandatos de 5 anos, exceto os senadores, que permaneceriam no cargo por 2 legislaturas, mantendo a configuração atual. O senador [Marcelo Castro \(MDB-PI\)](#), encarregado de relatar o novo Código Eleitoral, está encarregado de elaborar uma proposta para abolir a reeleição no Poder Executivo. O parlamentar delineou três opções de PEC para modificar os prazos dos cargos eletivos no país.

As propostas envolvem abolir a chance de reeleição para os cargos de prefeito, governador e presidente da República. Para compensar a falta de possibilidade de reeleição, o senador sugere que os representantes do Executivo tenham um ano adicional de mandato, totalizando 5 anos. Em consequência disso, vereadores, deputados federais, estaduais e distritais também teriam um ano adicional. Enquanto isso, os senadores, que atualmente têm um mandato de 8 anos, ganhariam mais 2 anos, estendendo seu período no cargo para uma década, devido à alteração do ciclo eleitoral para cada 5 anos.

O Senador Castro já apresentou as três propostas aos líderes partidários do Senado. Inicialmente, a intenção era apresentar uma PEC com base na escolha dos líderes. No entanto, para agilizar o processo de tramitação, o senador será designado como relator da PEC 12 de 2022, proposta pelo líder do PSB, [Jorge Kajuru \(GO\)](#), que trata da abolição da reeleição e está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Castro irá elaborar um parecer com base na proposta que receber mais apoio. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defende a aprovação da proposta ainda em 2024. Como as eleições municipais ocorrerão no segundo semestre, o objetivo é tentar aprovar o tema no Senado nos próximos meses.

## Governo Lula e a Petrobras



FONTE: Poder360 - Presidente Lula (PT) e Presidente da Petrobras Jean Paul Prates (PT)

**A** Petrobras divulgou seu balanço financeiro referente ao quarto trimestre de 2023 na primeira semana de março e revelou que teve um lucro líquido de R\$ 31 bilhões entre os meses de outubro e dezembro, 28,4% menor do que o registrado no mesmo período de 2022, mas 16,6% maior do que o do 3º trimestre de 2023. No acumulado do ano, a empresa de capital misto lucrou R\$ 124,6 bilhões, uma queda de 33,8% em relação a 2022.

Para além da queda no resultado trimestral, o que desagradou o mercado foi a comunicação de que a empresa não fará o pagamento de dividendos extraordinários. A Petrobras informou que pretende distribuir o mínimo estabelecido pela Política de Remuneração aos Acionistas, de 45% do fluxo de caixa livre. Após o anúncio, as ações ordinárias (PETR3) da empresa fecharam com um tombo de mais de 10% na Bolsa de Valores do Brasil (B3) e os papéis preferenciais (PETR4) recuaram 9%.

Na semana passada, o presidente Lula (PT) se reuniu com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates (PT), para debater sobre a cronologia dos dividendos e o plano de investimentos da companhia. Após o final da reunião, o presidente da petroleira afirmou que o Conselho de

Administração propôs que esse montante extraordinário seja integralmente destinado para a reserva de remuneração do capital, com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, antecipações e recompras de ações.

A crise dos dividendos da Petrobras mostrou também uma crise política entre Prates, Lula e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD). De acordo com fontes próximas do presidente petista, Prates vem se desentendendo desde o começo do governo pela forma de conduzir a política da companhia com o presidente e o ministro. Na visão do governo Lula, a Petrobras precisa assumir um papel mais protagonista no crescimento econômico e ao invés de pagar dividendos extraordinários deve realizar mais investimentos.

Em 25 de abril haverá Assembleia Geral Ordinária para analisar a proposta de distribuição de dividendos equivalentes a R\$ 14,2 bilhões, ou seja, o mínimo previsto em sua política e a retenção de R\$ 43 bilhões em uma reserva de remuneração de capital.

A AGO será mais um capítulo no debate entre o governo e investidores, tratando ainda de temas como a renovação do Conselho de Administração.

# Em destaque no Ranking

## • ESTUDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR

O **Ranking dos Políticos** produziu um estudo sobre a aposentadoria especial dos parlamentares, trazendo números do impacto fiscal anual e a relação de deputados federais e senadores da atual legislatura que são optantes para o benefício. O estudo [teve destaque no Estadão](#) e você pode conferir-lo na íntegra [neste link](#).

## • LIDERANÇAS PARLAMENTARES

Na última semana, o **Ranking dos Políticos** se reuniu com parte dos recém-eleitos presidentes de comissões, bem como com líderes partidários. Durante algumas dessas reuniões, contamos com a presença de Renato Feder, fundador do **Ranking dos Políticos** e atual Secretário de Educação do estado de São Paulo.



NA FOTO (esquerda para direita): Danylo Shimano, Renato Feder, Alex Ferreira, Dep Lucas Redecker (PSDB/RS), Juan Carlos e Tales Pauletti

## • NOVO DOCUMENTÁRIO DA BRASIL PARALELO

A Brasil Paralelo, mantenedora do **Ranking dos Políticos**, lançou nesta semana seu novo documentário. Mais de 30 anos após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, o debate sobre o legado do socialismo continua em alta. Entender as origens do Comunismo, incluindo o contexto em que surgiu e os problemas que buscava resolver, ajuda a compreender as motivações por trás desse movimento, na teoria e na prática. [Assista aqui](#).

## PARLAMENTAR DA SEMANA



### Deputado Nikolas Ferreira (PL/MG)

Nikolas Ferreira, natural de Belo Horizonte, destacou-se na política como vereador e, em 2022, tornou-se deputado federal recordista de votos em Minas Gerais. Com valores cristãos e conservadores, ele defende a família e a reformulação educacional.

Como parlamentar, Nikolas é um influente líder da Direita com alta interação nas redes sociais. Ele prioriza a inclusão de empreendedorismo e educação financeira nas escolas e visa a geração de empregos, assumindo em 2024 a presidência da Comissão de Educação na Câmara.

# RANKING DOS POLÍTICOS

Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

A pontuação atribuída aos políticos no Ranking é determinada estritamente com base em sua atuação, com critérios bem definidos que incluem **antidesperdício**, **anticorrupção** e **antiprivilegios**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

### Equipe técnica:

Juan Carlos

Danylo Shimano

Luan Sperandio

Tales Pauletti

### Projeto Gráfico:

Tamyres Meyer



[www.politicos.org.br](http://www.politicos.org.br)



[contato@politicos.org.br](mailto:contato@politicos.org.br)  
(27) 99511-4187  
(61) 98196-4778

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811, sala 1012  
Jardim Paulistano/SP - CEP: 01452-001

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



## FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41  
Santander - Agência 2182 c/c 13065225-9  
[apoia.se/rankingdospoliticos](http://apoia.se/rankingdospoliticos)

Mantenedores:

